

# O CRUZAMENTO DE SABERES NA AULA DE INGLÊS

CONTRIBUTOS PARA UMA  
PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR

ANA R. LUÍS  
COORD.

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS



**DE “RULE BRITANNIA” A “COOL BRITANNIA”:  
QUESTÕES IDENTITÁRIAS NA GRÃ-BRETANHA  
CONTEMPORÂNEA**

*Jacinta Maria Matos*

## **1. Introdução**

We are a nation of flower-lovers, but also a nation of stamp-collectors, pigeon-fanciers, amateur carpenters, coupon-snippers, darts-players, crossword-puzzle fans. All the culture that is most truly native centres round things which even when they are communal are not official – the pub, the football match, the back garden, the fireside and the ‘nice-cup of tea’.

GEORGE ORWELL, “The Lion and the Unicorn”

Being English used to be so easy. They were one of the most easily identifiable peoples on earth, recognized by their language, their manners, their clothes and the fact that they drank tea by the bucketload.

It is all so much more complicated now.

JEREMY PAXMAN, *The English. A Portrait of a People*

Durante os anos de guerra, George Orwell escreveu alguns dos seus mais famosos e influentes ensaios, dos quais, no presente contexto, destaco: “My Country Right or Left” (1940), “The Lion and the Unicorn” (também de 1940) e “The English People” (1944), bem como alguns ensaios mais

curtos (mas não menos significativos) como “A Nice Cup of Tea” (1943) e “In Defence of English Cooking” (1945). A proximidade temporal entre os textos não pode ser mera coincidência. Nesse momento crucial em que o país lutava pela sobrevivência e necessitava, portanto, de reforçar uma autoimagem que o distinguisse do inimigo e lhe lembrasse a causa do combate, Orwell dedica-se a uma reflexão sobre o que a Inglaterra é enquanto nação e o que os ingleses são enquanto povo.

A imagem evocada na primeira epígrafe é reconhecível mesmo para um/a leitor/a estrangeiro/a, nem precisando este/a de ter estado em Inglaterra nem de ser profundo/a conhecedor/a da cultura do país. O *pub*, o futebol, a jardinagem e, evidentemente, a famosíssima chávena de chá, são ícones imediata e globalmente identificáveis, parte integrante de um suposto núcleo essencial de *Englishness* de já longas tradições. Talvez menos conhecidos no estrangeiro, mas ainda assim nada surpreendentes, são os outros traços do carácter nacional identificados por Orwell: o gosto pelo colecionismo, a mania das palavras-cruzadas e o culto do amadorismo. Enfim, Orwell parece oferecer-nos uma visão estável, tranquilizadamente familiar e quase atemporal, na sua permanência, do povo e da cultura ingleses.

Em 1998, alguns meses depois da chegada de Tony Blair e do *New Labour* ao poder, e no ano em que a autonomia regional da Escócia e do País de Gales se concretiza com a *Devolution*, Jeremy Paxman fala-nos destes estereótipos nacionais num tom de inequívoca nostalgia por uma época em que muito mais facilmente, segundo ele, se podia definir a identidade inglesa. “Its all so much more complicated now” – frase que nos apetece terminar com um exasperado ponto de exclamação, e cujo tom de desabafo deixei propositadamente em suspenso, sem levantar o véu sobre a opinião do autor acerca do porquê da mudança.

Na verdade, usei estrategicamente as epígrafes para vincar as balizas temporais deste artigo, bem como para sugerir de imediato que, entre a década de 1940 e o mundo contemporâneo, algo se alterou na forma como, na Grã-Bretanha, se encara a questão da identidade. Mas a oposição aparentemente criada pela justaposição dos textos – o primeiro que afirma confiantemente o que significa ser inglês, o segundo sugerindo

ser difícil, se não impossível, defini-los como povo – só parcialmente colhe e só parcialmente identifica o problema. Por um lado, Orwell estava tão empenhado em sublinhar continuidades como em promover ruturas profundas na sociedade inglesa, propondo no ensaio citado uma reformulação radical de algumas das características tradicionalmente atribuídas aos ingleses. Paxton, por seu lado, explanando ao longo da obra algumas das condições presentes que “complicam” – no sentido em que dificultam ou impedem – uma perspetiva unívoca ou unificadora da questão da identidade, não consegue evitar a reprodução de estereótipos nacionais, agora ajustados à realidade das últimas décadas do século XX. Há, assim, insuspeitadas afinidades entre os dois autores. No fundo, o que os une é o modo como teoricamente concebem a questão da identidade: em momentos históricos diferentes, ambos pretendem isolar um conjunto de hábitos, costumes, traços psicológicos, formas de estar e de agir que inequivocamente distingam o povo e a nação ingleses de todos os outros e assim se constituam como um núcleo básico e irrefutável de “Englishness”.

Ora se algo se modificou em décadas recentes foi precisamente esta conceção essencialista da identidade, demanda muito antiga por um inatingível absoluto que em tudo explique o que somos enquanto seres individuais e coletivos. Antes a encaramos hoje com um processo em permanente (re)construção, radicado na história e na ideologia, necessitando de constantes revisões e exigindo complexas negociações com aqueles que olhamos como os “Outros” a partir dos quais nos situamos como “Nós”. A nação, que a partir do século XIX se tornou num dos mais poderosos conteúdos definitórios da nossa existência coletiva, é, na inspirada formulação de Benedict Anderson, uma “imagined [...] community” (Anderson 1991:6), ou seja, uma ficção social, política e culturalmente construída, taticamente utilizada e persuasivamente naturalizada. Desenvolvendo uma linguagem e um vocabulário comuns aos seus membros, filtrando as memórias do passado histórico, criando mitos de origem e chegando até a “inventar tradições” (cf. Hobsbawm & Ranger 1996:1-14), a nação permite-nos imaginar a nossa localização individual no espaço amplo e congregador da vida pública. Sendo por natureza contextual, vai

mudando com as contingências da história; constituindo-se pela oposição a muitos Outros, é inevitavelmente relacional e porosa; sendo forma de (auto)representação, cai no âmbito do metafórico e do simbólico; instituindo-se como linguagem, depende de quem tem o poder de falar sobre si próprio e de dizer os outros.

O carácter funcional e operativo de tais (re)constituições enforma, hoje em dia, a base teórica com que se aborda a questão da identidade. Os novos paradigmas críticos desacreditaram os mitos da homogeneidade, intemporalidade e imutabilidade dessa suposta totalidade orgânica, abrindo um campo fértil de investigação sobre os encobrimentos táticos, os paradoxos elididos e as contradições rasuradas que sempre subjazem ao processo de construção identitária. Neste sentido, não irei oferecer, neste estudo, uma versão (por mais atualizada que fosse) do que em português se costuma referir como a “alma do povo”; antes proporei uma investigação sobre o modo como, na cultura inglesa e britânica contemporâneas, se têm significativamente alterado os dados do problema, quer em função de fenómenos internos e externos de ordem social, económica e política, quer em virtude dos desenvolvimentos teórico-críticos acima mencionados, que recolocam as questões e dão azo a novas interrogações.

## **2. “Once upon a time, the English knew who they were.”**

JEREMY PAXMAN, *The English. A Portrait of a People*

Comecemos pelo óbvio: a que se referem Orwell e Paxman quando falam de “the English”? Aos ingleses propriamente ditos ou aos britânicos em geral? É esta designação uma sinédoque em que se toma a parte pelo todo, ou identificará ela um grupo específico dentro da pluralidade étnica e política da Grã-Bretanha? Incluir-se-ão nesta definição os Escoceses, Galeses e Irlandeses, ou serão eles excluídos da mesma? Se respondermos afirmativamente à segunda interrogação, pressupõe isso uma homogeneidade própria dos ingleses, não aplicável aos restantes membros dessa entidade politicamente designada como Reino Unido?

Estas perguntas têm uma resposta ao mesmo tempo simples e complexa: Orwell e Paxman, tal como a maioria de nós, usam os termos *English* e *British* umas vezes como sinónimos, outras identificando entidades políticas, ráticas e culturais específicas e diferentes. Na base desta ambiguidade estão indubitavelmente as relações de poder que desde muito cedo determinaram que a Inglaterra (no sentido restrito) se constituísse como o parceiro hegemónico numa associação política que nunca foi a de uma parceria entre iguais. Assim, a sinédoque é bem reveladora da representação estrategicamente construída ao longo de séculos para legitimar o domínio inglês sobre as periferias regionais e da criação de uma suposta unidade desse centro identitário inglês, que deste modo se impõe porque pode falar “em vez” de ou “em nome” desses outros.

Curiosamente, no século XVIII, num texto hoje frequentemente recuperado pela crítica, Daniel Defoe parece desmascarar os mitos constitutivos de uma identidade inglesa unívoca e etnicamente una:

Thus from a mixture of all kinds began,  
That heterogeneous thing an Englishman;  
In eager rapes and furious lust begot,  
Betwixt a painted Briton and a Scot;  
Whose gendering offspring quickly learned to bow,  
And yoke their heifers to the Roman plough;  
From whence a mongrel half-bred race there came,  
With neither name nor nation, speech nor fame;

(DEFOE 1997:1.272-279)

Com efeito, “The True-Born Englishman” é muitas vezes lido aprobativamente por reconhecer e assumir a mestiçagem étnica da nação inglesa e celebrar a heterogeneidade presente desde a fundação do país. Na verdade, o contexto de publicação do poema sugere algo ligeiramente diferente: Defoe escreveu-o em defesa de William of Orange, o rei “estrangeiro” que o Parlamento encontrara para suceder ao católico e impopular James II, construindo assim um mito de origem em que, paradoxalmente, ser inglês significa ser ao mesmo tempo uma mistura de muitos estrangeiros. Porque

não, então, mais um? Se para além disto nos lembrarmos que Defoe se sentou à mesa das negociações que conduziram ao “Act of Union”, que em 1707 uniu num só reino as coroas escocesa e inglesa, mais claro se torna ainda que a Defoe – e à Inglaterra de então – convinha sublinhar a ideia da unidade na diversidade. O País de Gales e a Irlanda há muito tinham sido subjugados e colonizados pela elite política e social inglesa; o Acto da União com a Escócia consumou a formação de um Reino Unido sob a hegemonia inglesa. Desde então, os termos “inglês” e “britânico” têm-se confundido numa relação complexa, complicada, mas sempre desigual, em que as sobreposições de sentidos entre os vários termos funcionam apenas numa direção: quando um clube escocês de futebol ou irlandês de rãguebi ganha uma competição internacional, os *media* ingleses imediatamente se apropriam da vitória “britânica”; o inverso, contudo, não é – nem é autorizado a ser – verdade.

O século que se seguiu à unificação do país consolidou a centralidade da Inglaterra, ao mesmo tempo que subsumiu centrifugamente numa entidade única a imagem de um país que consolidava também o seu projeto imperial. Deixo de lado, por questões de brevidade, a interessante controvérsia que acesamente debate a participação de Escoceses, Irlandeses e Galeses na administração e nas práticas de um colonialismo de raiz inglesa. Será suficiente recordar que o “Rule Britannia”, no seu apregoar, arrogante e triunfalista, do poderio imperial, claramente invoca a participação da totalidade da nação neste processo. Nem podia ser de outro modo: o sucesso do Império implicava, obviamente, a mobilização geral da população, e a construção de uma autoimagem que legitimasse os seus protagonistas não se compadecia com divisões internas nem fissuras graves.

Obliterando, portanto, as disparidades e desigualdades regionais, esquecendo até as “Two Nations” económicas e sociais a que Disraeli dera existência literária, ignorando ainda que o “North and South” de Mrs. Gaskell continham significados muito além dos geográficos, a “Britannia” imperial entende-se e constrói-se como entidade organicamente unida. O ideal da “missão civilizadora” postulava acima de tudo a diferença ontológica entre o inglês/britânico, superior e civilizado, e os Outros, selvagens, bárbaros ou atrasados. Qualquer outra distinção seria, no

contexto, não só secundária como potencialmente perigosa. A separação em relação ao Outro colonial era, pelo contrário, indispensável, exigindo uma tarefa intensa de reafirmação identitária por parte da metrópole.

No século XIX assiste-se, com efeito, a uma tentativa obsessiva de forjar uma identidade britânica que autorizasse o domínio sobre os outros povos. A retórica imperial que perpassava o discurso hegemónico oitocentista, tinha, evidentemente, de se fundar na confiança ontológica e na insistente reafirmação dos valores que a norteavam. A noção de “The White Men’s Burden”, o código de conduta do *pukka sahib*, o conceito de *gentleman*, criados e/ou reforçados na época, fazem parte de um reportório de perfis identitários acessíveis apenas aos membros da potência imperial, estando vedados a todos os Outros. Idealizações de uma *Englishness* ancestral, que se pretendia confirmada tanto pela História como pela Natureza, essas configurações permanecem como elementos poderosíssimos do imaginário inglês. Mitos talvez, pertencendo ao reino da lenda e do fantástico, mas *once upon a time* neles se acreditou e de acordo com eles se agiu.

### 3. “We are here because you were there.”

Slogan do “British Black Movement”

A recuperação atual, atrás mencionada, de uma visão supostamente mais heterogênea e inclusiva da identidade, protagonizada por figuras como Defoe, radica nas condições de um momento histórico em que começou a ser impossível manter o mito de uma nação homogênea num país cada vez mais fragmentado e diversificado em termos étnicos e culturais. Em 1948, *The Empire Windrush* aporta à costa inglesa com os primeiros imigrantes da Jamaica, encorajados a estabelecerem-se em Inglaterra e a ajudarem na reconstrução do país. Iniciara-se a diáspora das (ex)colónias para o antigo centro imperial, fenómeno que alteraria substancialmente a composição da sociedade britânica. O garrafal e encorajador “WELCOME HOME” exibido no cais acabou por se revelar como promessa não cumprida, e a receção triunfal aos 492 imigrantes, a



quem o governo assegurara trabalho, alojamento e a cidadania britânica, pouco durou. Essa *home* em breve surgiria a muitos como local de exílio, exclusão e marginalização.

Empurrada para guetos urbanos, discriminada no acesso ao emprego e à habitação, silenciada nos meios de comunicação e frequentemente objeto de violência étnica e racial, a primeira geração de imigrantes tentou ainda o mimetismo do centro, na esperança vã de que, emulando os ingleses, como tal fosse tratada. Afinal, a política governamental de assimilação propunha isso mesmo como solução para o problema da integração. Mas o que em breve ficou claro foi que o espaço de interdição colonial, essa fronteira que não deve ser ultrapassada nem pelo colonizador nem pelo colonizado para que se perpetue a distância e a separação entre os dois, continuava intacto e inviolável numa era pós-imperial em que as margens tinham iniciado o seu movimento em direção ao centro.

Foi provavelmente mais fácil a Harold Macmillan reconhecer, em 1960, que “the wind of change” soprava por toda a África, arrastando consigo a inevitabilidade da descolonização, do que encarar as consequências internas da realidade pós-colonial. Relutantemente, o país tinha de assumir que o Império, na sua luta pela autodeterminação, mudara valores e mentalidades e exigiria também uma política diferente relativamente às comunidades diaspóricas que dele tinham resultado. Nas décadas seguintes, os sucessivos governos ingleses lidaram com a questão da imigração numa perspectiva dupla, mas ainda assim interligada: por um lado, instituindo controles cada vez mais restritos sobre os potenciais imigrantes das ex-colônias; por outro, promulgando legislação antirracista e antidiscriminatória em defesa dos que já se tinham estabelecido no país. Vai mudando também, gradualmente, o modelo conceptual sobre a relação entre as minorias étnicas e a restante sociedade britânica. O ideal do multiculturalismo, oficialmente assumido depois do falhanço da política de assimilação, parece reconhecer a identidade autónoma de cada grupo e sugerir a sua integração num mosaico de culturas, imaginando uma Grã-Bretanha composta por muitas peças distintas e que se pretendia justa, equitativa e plural. O conceito de *Britishness* ofereceria, deste modo, a possibilidade de apropriação identitária por parte dos vários grupos étnicos, tendo servido já anteriormente

às várias raças e povos constitutivos do Reino Unido e supostamente dado boas provas da sua capacidade integrativa.

Desnecessário será dizer que, na prática, o multiculturalismo tem tido resultados decepcionantes. Nem a legislação antidiscriminatória, nem a *positive action* tantas vezes praticada por instituições públicas e entidades privadas, nem o empenhamento dos *media* na luta contra a reprodução de estereótipos éticos negativos, têm conseguido eliminar o racismo institucionalizado e a discriminação pessoal e quotidiana, que, não surpreendentemente, se acentuam em tempos de crise económica e social.

Vincar semelhanças, recuperando os ideais de um racionalismo iluminista e promovendo a coexistência no âmbito de um universalismo secular (correndo o risco de ignorar desigualdades muito concretas e reais) ou, em alternativa, acentuar o direito à diferença por parte dos diversos grupos e etnias (possivelmente separando-as e isolando-as em guetos culturais que perpetuam espaços de exclusão económica e social)? O dilema continua a colocar-se e a resposta à pergunta continua em aberto. Outras interrogações – como a de saber se se pode falar de questões de raça sem levar em conta questões de classe e de orientação sexual – a estas se devem sempre acrescentar. Tais interligações e cruzamentos produzirão inevitavelmente acrescidos paradoxos e contradições a um problema já de si complexo, mas são essenciais para situarmos histórica e materialmente alguns dos conflitos que ainda permanecem.

Não é fácil fazer uma síntese conclusiva sobre esta vertente dos problemas identitários da Grã-Bretanha da atualidade. Nem tal seria possível no espaço disponível, nem criticamente legítimo, face a um processo de contornos tão complicados e sensíveis e cujos dados estão em permanente flutuação<sup>1</sup>. Versões apocalípticas sobre o fim de uma Inglaterra *as we know it* (leia-se, etnicamente branca e culturalmente anglo-saxónica) proliferam ainda na esfera pública. Ecos do famigerado discurso de Enoch Powell sobre os “Rivers of Blood” que correriam pelas ruas, nessa diluviana antevisão das consequências de uma imigração em massa, con-

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, o caso das minorias muçulmanas, que passaram para primeiro plano dos conflitos étnicos e raciais depois do 11 de Setembro.

tinuam, infelizmente, a estar presentes na cultura britânica, como qualquer leitura do *Daily Express* ou do *The Sun* facilmente constatará. Mas ouvem-se também, felizmente, as vozes de um Salman Rushdie, de um Hanif Kureishi ou de um Kenan Malik, versões prudentemente celebradoras, mas ainda assim emancipatórias, dessa vivência entre culturas que resultou da diáspora pós-colonial. “Sometimes we feel that we straddle two cultures; at other times that we fall between two stools” (Rushdie 1992:15), é como Salman Rushdie entende as desterritorializações e/ou realocalizações criadas pelo fenómeno. E acrescenta:

[...] Indian writers in these islands, like others who have migrated into the north from the south, are capable of writing from a kind of double perspective: because they, we, are at one and the same time insiders and outsiders in this society. This stereoscopic vision is perhaps what we can offer in place of ‘whole sight’. (Rushdie 1992:19)

O fluxo migratório do pós-guerra implodiu, sem dúvida, os mitos da homogeneidade da cultura britânica, esse *whole sight* idealizado pelo centro que ao centro exclusivamente servia. As diásporas pós-coloniais, que projetaram diferentes raças e culturas para um mundo já por si pleno de contradições identitárias, vieram alterar irreversivelmente a sua configuração, exigindo uma problematização radical da localização que tradicionalmente atribuíamos a Nós e aos Outros. O facto de esses Outros terem deixado de existir nas longínquas margens da civilização e serem agora parte integrante do centro identitário deveria ter tornado obsoletos os sentidos da primeira epígrafe da secção seguinte.

#### 4. “Wogs begin at Calais”

Dito popular inglês  
“England and America are two countries divided by the same language”

MARK TWAIN

A insularidade britânica é bem conhecida. Fruto antes de mais da geografia, figura também proeminentemente no imaginário do país, acres-

centando sentidos essenciais à sua autorrepresentação. O isolamento em relação ao resto do mundo e ao continente europeu muito em particular, em vez de entendido como desvantagem, tem sido taticamente investido de traços positivos. Fortaleza inexpugnável, resistente aos sonhos megalómanos de Napoleões e Hitlers, superpotência naval desde os Descobrimentos até à consolidação do Império, a Grã-Bretanha, apesar de pequena ilha (ou conjunto de ilhas) no Atlântico norte, sempre utilizou o acidente geográfico como fator primordial da sua hiperidentidade. A imunidade ao exterior teria, neste sentido, permitido o desenvolvimento de particularidades próprias nos povos que a habitam, razão de orgulho nacional, quer se trate da defesa das liberdades individuais, quer da bem conhecida fleuma britânica. Os *Little Englanders* que, no século XIX, propunham que se olhasse para dentro e se “arrumasse a casa” antes de se alimentarem sonhos de expansão imperial, podiam, na altura, ser grupo minoritário, mas a sua visão de uma Inglaterra hermética e impermeável reaparece com previsível regularidade na história do país e tem moldado a sua atitude face ao resto do mundo.

Para leste das fronteiras naturais, a um tempo perto e longe, fica a selva, um caos amorfo e indiscriminado de uma barbárie habitada por estranhíssimas gentes, todas elas sujeitas à fatalidade de não serem inglesas. Destino de visita ocasional, instrutivo na investigação das origens (felizmente há muito deixadas para trás pela marcha irreversível do Progresso em direção a Oeste), ou ruína de glórias passadas, bem reveladora, no seu declínio, de quem a certa altura passou a ser o dono do mundo. A oeste, a América, sonho não cumprido de riquezas e de novos mundos perdidos mal foram achados, porque muitos outros rapidamente deles se apossaram, e que veio a rejeitar até – injúria das injúrias! – a figura tutelar que a trouxera à vida. Terra de filhos degenerados, portanto, cujo futuro se observa com interesse, num misto de sobrançeria e de condescendência, e cujo eventual sucesso nunca deixará de constituir uma surpresa.

Caricatura? Infelizmente, nem tanto. Por muito tempo, assim olhou a Inglaterra os seus parceiros geográficos dos dois lados do Atlântico. As ligações com o primeiro contavam sobretudo histórias de guerras e conflitos, lutas pela sucessão e pela hegemonia política e militar; nem

o corte radical com Roma, mostrando que os ingleses queriam seguir o seu próprio caminho, lhes trouxe a paz e o sossego desejados. A relação com o segundo foi, desde o início, complicada, mas não constituindo uma ameaça próxima à soberania imperial, descurada foi até décadas recentes (exceto, evidentemente, quando dele precisaram como parceiro de armas). No entanto, a Segunda Grande Guerra e o fim do Império alteraram profundamente a situação geopolítica do país, deixando-o reduzido à sua insignificância geográfica e a uma posição de clara minoridade política no contexto das nações. Desde então, a Grã-Bretanha hesita em se tornar inequivocamente europeia e/ou em assumir o seu destino atlântico.

A entrada do Reino Unido na União Europeia foi lenta e penosa, cheia de percalços, hesitações e volte-faces. Revendo a história do processo, desde o tímido pedido de adesão de Harold Wilson, na década de 1960 (vetado triunfalmente por De Gaulle) até ao sucesso finalmente obtido por Edward Heath (um europeísta convicto) na década seguinte, a primeira conclusão a tirar é de que o país estava profundamente dividido sobre a matéria, divisão esta a que não corresponde qualquer base partidária. Isto é, ser eurocético ou euro-entusiasta não depende de se ser apoiante dos Trabalhistas ou dos Conservadores, eles próprios internamente divididos – até hoje – quanto às vantagens e desvantagens da adesão. A verdade é que a questão do europeísmo britânico (ou falta dele) tem sobretudo raízes culturais e históricas, mais do que ideológicas ou políticas.

Os inúmeros historiadores, jornalistas e personalidades da cultura que nas últimas décadas se têm empenhado em reencontrar antigas ligações ou publicitar presentes elos com a Europa deparam-se com uma árdua tarefa, porque a imagem da Europa continua, para muitos, a ser aquela que se herdou das duas Grandes Guerras. “Don’t mention the war!” aconselhava Mr. Faulty aos empregados do hotel onde se alojavam hóspedes alemães na conhecida *sitcom* “Faulty Towers”, acabando por ser ele o primeiro a desobedecer sistematicamente às instruções. Nas primeiras décadas a seguir à Guerra, a Europa significava, com efeito, o campo de batalha onde se travava a luta titânica entre a liberdade e o totalitarismo, não sendo fácil ao imaginário inglês converter anteriores inimigos, nem supostos (mas traiçoeiros) aliados, em futuros amigos e parceiros.

A Europa precisava – precisa – portanto, de ser reinventada e reimaginada para poder ser cultural e politicamente aceite e simbolicamente apropriada pelo país. Neste processo, um fator específico do mundo do pós-guerra teve e tem um papel muito particular: o turismo de massas, que abriu o continente à bolsa da maioria esmagadora da população britânica, permitindo um contacto frequente e sistemático com o Sul “exótico” há muito celebrado por viajantes e escritores. As praias espanholas, o vinho francês, os monumentos italianos, o azul turquesa do mar grego são, hoje em dia, ícones de um modo de vida mediterrânico que se encontram disponíveis para consumo como local de férias ou retiro de reformados. Este novo cosmopolitismo, resultante de um poder de compra acrescido, alterou indubitavelmente a imagem do continente europeu, transformando-o num vasto supermercado onde agora um cada vez maior número de ingleses pode ter acesso ao que dantes era apanágio de uma elite.

Usufruída lá fora, sob o abrasador sol continental, a cultura europeia tem vindo também a ser recriada portas adentro, influenciando visivelmente a textura do próprio quotidiano inglês: o azeite passou a ser vendido, como produto de luxo, em qualquer supermercado, e não, como dantes, medicinalmente nas farmácias; as receitas “mediterrânicas” são omnipresentes nas secções de culinária dos semanários; as *piazas* dos centros comerciais reproduzem otimisticamente a cultura da esplanada continental; e até nos *pubs*, para além da tradicional cerveja, se bebe hoje, sem causar escândalo, um *cappuccino* ou *latte* com café de máquina!

Esta absorção da cultura e modo de vida europeus, aparentemente omnívora, é, no entanto, altamente seletiva e pouco mais do que epidérmica, retirando da Europa o que convém aos britânicos, e recusando tudo o que os poderia pôr em causa. Não é de estranhar, portanto, que a sua participação na União Europeia se continue a processar com avanços e recuos, como o prova a recusa de integração na zona do euro e os inúmeros protestos de trabalhadores britânicos, durante a atual crise económica, contra o emprego dos congéneres vindos da Comunidade. O *Eurotunnel* pode ligar fisicamente as duas entidades, é certo, mas a Grã-Bretanha continua a invocar um estatuto de excecionalidade e de

separação em relação ao continente europeu. Situada geograficamente entre a Europa e a América, simbolicamente assim entende também a sua posição, procurando uma equidistância (sempre precária) que em tudo a mantenha ao mesmo tempo perto e longe dos dois continentes – e independente de ambos. A sua identidade europeia, estrategicamente invocada e acentuada em determinados momentos e para certos efeitos, representa apenas um dos extremos de um movimento pendular que, na política e na cultura britânica, tem tido muitas oscilações.

A relação com os Estados Unidos sofreu igualmente inúmeros altos e baixos. Recuando apenas às últimas oito décadas, ou seja, ao momento histórico de ascensão dos Estados Unidos a potência mundial, o panorama que se nos apresenta é muito variado. George Orwell e J. B. Priestley, para mencionar apenas dois nomes (nenhum deles conhecido pelo seu conservadorismo e “jingoísmo”), queixavam-se já nas décadas de 1930 e 40 da “americanização” da sociedade inglesa, lamentando a “invasão” da cultura britânica pela cultura popular americana. Orwell, por exemplo, contrasta desfavoravelmente os policiais de inspiração americana com os tradicionalmente ingleses, os primeiros com o seu culto do *gangster* e o fascínio pela violência arbitrária, os segundos bem tipificados pela figura de Raffles, aristocrata, exímio jogador de cricket, verdadeiro *gentleman* – e por acaso também ladrão (Orwell 1998b:345-358). Priestley, na sua viagem pela Inglaterra da Recessão, nota com desagrado que em Blackpool, a mais popular (nos dois sentidos da palavra) das praias inglesas, os tradicionais espetáculos de marionetas estavam a ser substituídos por *juke-boxes* berrando os últimos *Hot Broadway Hits* (Priestley 1981:252).

Vinco, assim, num primeiro momento, esta forma de significar a influência americana, no que ela comporta da noção de um desvirtuar e degradar da cultura nacional por via da banalização e trivialização da importação estrangeira. A presença das tropas americanas em solo inglês, durante a Segunda Grande Guerra, pouco fez para melhorar as relações entre os dois povos. A ajuda agradeceu-se, mas a gratidão não foi suficiente para impedir a inveja (pelo dinheiro exibido desavergonhadamente) e o ressentimento (pelo tratamento arrogante e condescendente de que os ingleses se sentiram vítimas). É esta talvez a razão de ser

de um dos vetores essenciais do relacionamento entre a Grã-Bretanha e a América do Norte: tornou-se nesse momento claro que os Estados Unidos tinham passado a ocupar o lugar primeiro no palco das nações, posição anteriormente reservada à Grã-Bretanha imperial. Curiosamente, é como se os americanos tivessem seguido à letra a sugestão de Kipling no seu mais famoso poema, no qual este encoraja a América a “[t]ake up the White man’s burden/ Have done with childish ways” (Kipling 2006:1.48-49), de modo a recolherem, no futuro, como profeticamente anunciara o poeta, os benefícios da “ádua tarefa” da supremacia colonial. Ironias da história...

O declínio do poder imperial inglês acentuou-se, com efeito, na proporção inversa da ascensão americana, fenómeno complicado de gerir cultural e politicamente por uma Grã-Bretanha cada vez mais marginal, sobretudo depois da crise do Canal do Suez, aos interesses geoestratégicos ocidentais. A relação com os Estados Unidos comporta, portanto, inúmeras ambivalências e ambiguidades, encontrando-se até hoje na sociedade britânica traços claros de um antiamericanismo que vai do mais primário ao mais ideológica e politicamente bem fundamentado, ao mesmo tempo que se assiste a uma inequívoca e ubíqua “americanização” do quotidiano do país, presente por exemplo na atual obsessão com a *health and safety* e na abertura dos hipermercados durante 24/7.

Dois povos divididos por uma mesma língua: o paradoxo de Twain continua atual e relevante para o entendimento das relações entre os dois estados, constituindo a língua um dos mais fortes elos de ligação entre eles, mas protagonizando também, na forma como nela se inscreve tanto o passado como o presente, tudo o que radicalmente os divide. A questão da língua, um dos elementos fulcrais na construção identitária, mereceria um desenvolvimento que os limites deste estudo não permitem. Menciono-a aqui porque ela é, porventura, um dos fatores-chave no realinhamento atual da identidade inglesa, nomeadamente na criação da imagem da “Cool Britannia” a que aludi no título deste artigo. Não acidentalmente, a expressão é bem demonstrativa desse duplo movimento de junção e separação identitária relativamente os Estados Unidos.



O termo *cool*, nos seus sentidos atuais<sup>2</sup>, vem, com efeito, diretamente do inglês americano, tendo entrado primeiro via o jargão da *Youth Culture* e sido posteriormente integrado no registo coloquial do léxico inglês mais amplo. Aliás, a expressão “Cool Britannia” foi sintomaticamente cunhada pelo jornalista norte-americano Stryker McGuire, num artigo escrito em 1996 para a revista *Newsweek*, intitulado “London Rules”. MacGuire é uma figura culturalmente híbrida (como um grupo cada vez mais numeroso de outras, de que destaco o conhecido jornalista e escritor Bill Bryson) que se movem com facilidade entre um e o outro lado do Atlântico, vivendo entre os (ou nos) dois mundos e simultaneamente participando e intervindo em ambos.

Revisitando recentemente a época que viu nascer o conceito da “Cool Britannia”<sup>3</sup> (no momento, segundo o autor, do seu desaparecimento devido ao *credit crunch*), McGuire recorda o ambiente efervescente e estimulante da Londres da década de 1990:

Thatcher’s Big Bang revolutionised the City. A new generation of masters of the universe (the ones we used to envy and now loathe) replaced the less inventive and less aggressive pinstriped stockbrokers and bankers of old.[...] Think back to the sheer energy that crackled through the Square Mile, part of a financial and related business-services industry that makes up roughly a quarter of the British economy. In a show of confidence, even defiance, property developers planned massive buildings in and around sites in the City that had been bombed by the IRA just four years earlier.

As London prospered it drew closer and closer to New York. Money, people and ideas flowed back and forth between the two great world cities. Wall Street salaries, bonuses and even dress codes began to shape City life: in some instances London law firms had to double what they paid newly qualified lawyers because of pressure from the New York competition; City boys began wearing chinos and shirts open at the neck. It was not uncommon for those

---

<sup>2</sup> Definidos no *OED* como: ‘good, excellent, admirably up to date, stylish’.

<sup>3</sup> O artigo pode ser consultado em: <http://www.guardian.co.uk/politics/2009/mar/29/cool-britannia-g20-blair-brown>.

who could afford it to own homes in both cities. Then, as now, more money was churning through London and New York than through all the rest of the world's financial centres combined. Out of all this grew NY-LON, a single city separated by an ocean.

The phenomenal changes reshaping London didn't stop at the world of finance. By the mid-1990s London had become a hotspot for art and design.[...]

In the fashion world, Central Saint Martins College of Art and Design was the place to learn the trade. The Paris fashion houses Givenchy and Dior installed two of its graduates, John Galliano and Alexander McQueen, as their top couturiers. Ralph Lauren, Calvin Klein, Donna Karan and Tommy Hilfiger were all putting stores in Bond Street. (McGuire 2009:24)

Citei demoradamente o artigo porque nele se referem algumas das condicionantes principais destas novas recomposições identitárias, e porque o tom eufórico que nele perpassa (irónico já, porque beneficiando da visão retrospectiva) me parece também sintomático do aproveitamento político desta nova imagem de uma Londres por muitos vista como conservadora, tradicionalista e antiquada. Segundo McGuire:

My "London Rules" story was a media sensation. One day not long after it hit the newsstands I got a call from the research department at Conservative Central Office, asking for copies. Within days there stood John Major at the Lord Mayor of London's banquet, embracing "Cool Britannia" and boasting that "our theatres give the lead to Broadway, our pop culture rules the airwaves, our country has taken over the fashion catwalks of Paris".

Not that it did Major much good. It was Tony Blair who benefited from the changes that were sweeping through London and Britain a dozen years ago. (McGuire 2009:25)

McGuire tem razão: a reconstrução imaginada serviu sobretudo a Tony Blair e ao *New Labour* para o seu reposicionamento político e ideológico dentro e fora de portas. Mrs. Thatcher redirecionara já as alianças estratégicas britânicas, abraçando (literal e simbolicamente) um Ronald Reagan com quem partilhava princípios e valores. A geração seguinte de

políticos dos dois lados do Atlântico (protagonizada por Clinton e Blair) continuou na sua senda, afinando em conjunto as políticas económicas e financeiras do capitalismo neoliberal que enformam o fenómeno da globalização. Jovem, dinâmica, empreendedora, cosmopolita, aversa a hierarquias tradicionais e indiferente a privilégios estabelecidos, movimentando-se com à-vontade em contextos multi- ou transnacionais, esta nova “Cool Britannia” assentou que nem uma luva a Tony Blair, tendo-se transformado rapidamente num dos mais ouvidos *sound-bites* do seu governo. Empenhado em reformar o Partido Trabalhista e em o ajustar a uma realidade global, o Primeiro-Ministro de então acentuou euforicamente as vantagens da nova ordem mundial liderada pelo parceiro além-atlântico. O inglês, a língua global do mundo da globalização, foi instrumental no sucesso desta recriação identitária. Permitindo uma colagem estratégica aos norte-americanos<sup>4</sup>, a língua comum contribuiu sem dúvida para projetar globalmente os sentidos simbólicos – bem como os produtos de toda a ordem – desta supostamente renovada Grã-Bretanha.

Tony Blair ofereceu, assim, motivos de redobrado orgulho a um país há longos anos assolado por discursos derrotistas, nostálgico pela perda do Império, inseguro quanto ao seu posicionamento geopolítico, desorientado nas suas opções socioeconómicas, desagregado étnica e culturalmente, enfim, abalado nas suas fundações identitárias. O jogo de palavras era deliberado: a Grã-Bretanha já não *ruled the waves*, mas, na espetacularidade desta reencarnação pós-moderna, sempre se podia vangloriar de ícones globais como uma Princess Di, um David Beckham ou, evidentemente, um Tony Blair.

---

<sup>4</sup> Desnecessário será lembrar que esta colagem aos norte-americanos se estendeu à política externa, nomeadamente na questão do Iraque, tendo sido um dos fatores que mais contribuiu para a queda de Tony Blair.

## 5. “The Break-up of Britain”<sup>5</sup>

Passada a euforia dos anos iniciais do Blairismo, reinstalaram-se as dúvidas e hesitações sobre os conteúdos identitários da nação. Ou, na versão mais dramática de Norman Davis, “Britain was entering a phase of agonized soul-searching” (Davis 1999:845), cujas causas temos vindo parcialmente a traçar. Uma última merece destaque, quanto mais não fora pelo risco que comporta de uma desintegração do Reino Unido enquanto entidade política, e como tal influenciando a imagem da nação no seu todo.

Concomitante ao fenómeno da globalização, nas últimas décadas tem-se assistido um pouco por todo o lado ao recrudescimento das identidades regionais, e a Grã-Bretanha, embora mais tardiamente do que a maioria dos países europeus, acabou também por dar início a um processo de descentralização e de concessão de autonomias regionais. Não cabe neste estudo uma discussão alargada sobre as causas mais gerais do fenómeno, que numa era de globalização e de construção de estruturas supranacionais de vária ordem, parece também (paradoxalmente?) incluir uma atenção renovada àquilo que é particular, regional ou local. Entendido inicialmente como forma de reação à homogeneização resultante do domínio ocidental sobre o globo, reconhece-se hoje que o problema tem contornos complexos e ramificados, e que as tensões entre o macro e o micro, o global e o local, são bem mais ambivalentes do que inicialmente se previra. Deixando de lado, portanto, uma panorâmica geral das suas causas, por demasiado ambiciosa no contexto, investiguemos apenas algumas das consequências da regionalização para o reordenamento atual da identidade britânica.

A autonomia regional não era projeto novo no país. A Escócia há muito que ansiava por uma maior independência no determinar do seu próprio destino. O País de Gales, mais indeciso, reivindicava, ainda assim, a sua especificidade cultural, e a questão da “Home Rule” para a Irlanda, como é bem sabido, produziu desde há muito não só conflitos parlamentares como uma violenta luta armada. Na década de 1970, Harold

---

<sup>5</sup> Título de uma obra de Tom Nairn, onde se advoga a independência da Escócia e a dissolução do Reino Unido.

Wilson tentara oferecer a autonomia política e parlamentar a escoceses e galeses, mas sem sucesso, face ao pouco entusiasmo dos primeiros e à recusa terminante dos segundos. Quase três décadas mais tarde, Tony Blair assumiria o projeto do seu antecessor, tendo cumprido a promessa eleitoral de um referendo sobre a matéria logo que chegou ao poder. Desta feita, o resultado foi positivo, e, em 1998, a Escócia e o País de Gales adquirem parlamentos próprios, com amplos poderes legislativos nos domínios económico, social e cultural. O Ulster, graças a “The Good Friday Agreement” pode ter finalmente a esperança de uma solução estável e duradoura para o conflito e de um novo relacionamento com a sede do governo.

Consumara-se a *Devolution*. É provavelmente ainda cedo para ajuizar dos efeitos do processo, mas desenham-se já algumas tendências, tanto positivas como negativas, resultantes do enfraquecimento do poder central inglês sobre o que até aí tinha sido olhado como margem ou periferia. Algumas das vantagens da autonomia materializam-se na pós-modernidade arquitetónica das novas capitais regionais (Edimburgo e Cardiff), cujos centros urbanos revitalizados simbolizam uma nova era de emancipação política e de rejuvenescimento cultural. A *Devolution* traduziu-se indubitavelmente numa nova dinâmica social e num reforço da autoimagem de povos por longo tempo subjugados, votados ao esquecimento por Westminster, muitas vezes objeto de troça e sobretudo identificados através de estereótipos negativos. A autonomia regional tem também sido instrumental na publicitação além-fronteiras de produtos e artefactos culturais específicos das várias regiões. Não por acaso, o *Edinburgh Festival* é hoje um evento de dimensões internacionais, e o País de Gales teve recentemente direito a uma semana cultural na Smithsonian Institution. Redundante é lembrar a forma como alguns localismos (do whiskey escocês aos coros masculinos galeses, já para não falar de uma Irlanda que, nesta matéria, é um caso de sucesso) se têm conseguido projetar globalmente, recolhendo as benesses comerciais e turísticas da boa imagem das suas regiões de origem.

Nem todos, contudo, veem com bons olhos esta emancipação das periferias em relação ao centro, que, por longo tempo, sobre elas exerceu

uma pressão centrífuga. A autonomia, em particular a escocesa, nunca está muito longe do ideal da independência política e da separação total relativamente ao resto da nação. O *Scottish National Party* suplantou já em popularidade (e em número de deputados) um Partido Trabalhista de grande e histórica implantação na Escócia, tendo planeado um referendo sobre a independência para o outono de 2014. Será isto o princípio do fim do Reino Unido? Iremos assistir ao desmembrar próximo da União? Se alguns consideram a autodeterminação como condição essencial a uma parceria mais justa e equilibrada, muitos outros a temem, antevendo um futuro de dissolução total, desagregação económica e social, e desorientação simbólica e cultural. Sintomático destas preocupações é o infindável número de estudos que saíram à estampa na última década sobre a questão da(s) identidade(s) britânica(s) no passado e no presente. Aos muitos congressos, palestras e conferências sobre o tema juntam-se numerosos artigos em jornais diários, semanários e revistas, onde se procura refletir sobre o que significa ser “inglês” ou “britânico” na atualidade, e sobre o futuro do país como entidade politicamente una.

O debate público e o esforço teórico-crítico por parte de historiadores e especialistas da cultura e literatura têm-se revelado maioritariamente salutareos. A Inglaterra (no sentido restrito) viu-se obrigada a rever muitos dos pressupostos que lhe tinham abusivamente permitido entender-se como a parte que tem direito a falar pelo todo. Perante a possibilidade de esvaziamento do sentido do que é ser “inglês” – quando os Outros podem também dizer do que foram, são e querem ser – a autorreflexão impõe-se como primeiro passo para uma aprofundada e bem necessária autoavaliação e autocrítica. E as “margens” terão um papel fundamental nesse processo:

#### ORIGINALLY

We came from our own country in a red room  
Which fell through the fields, our mother singing  
Our father's name to the turn of the wheels.  
My brothers cried, one of them bawling *Home*,

*Home*, as the miles rushed back to the city,  
The street, the house, the vacant rooms  
Where we didn't live any more. I stared  
At the eyes of a blind toy, holding its paw.

All childhood is an emigration. Some are slow,  
Leaving you standing, resigned, upon an avenue  
Where no one you know stays. Others are sudden.  
Your accent wrong. Corners, which seem familiar,  
Leading to unimagined, pebble-dashed estates, big boys  
Eating worms and shouting words you don't understand.  
My parent's anxiety stirred like a loose tooth  
In my head. *I want our own country*, I said.

But then you forget, or don't recall, or change,  
And, seeing your brother swallow a slug, feel only  
A skelf of shame. I remember my tongue  
Shedding its skin like a snake, my voice  
In the classroom sounding just like the rest. Do I only think  
I lost a river, culture, speech, sense of first space  
and the right place? Now, *Where do you come from?*  
strangers ask. *Originally?* And I hesitate. (Duffy 1998:7)

O poema de Carol Ann Duffy, recentemente nomeada Poeta Laureada (a primeira mulher escolhida para o cargo e escocesa de nascimento), é bem revelador dos termos atuais do debate sobre a questão da(s) identidade(s). Não se encontra no poema uma resposta cabal à pergunta pelas origens puras ou os espaços fixos onde idealmente esta se fundaria e se definiria o ser individual e coletivo. Antes se assumem as hesitações, angústias e ansiedades produzidas pela condição de hibridez identitária resultante da experiência da deslocação migratória. Nele se alude claramente às “perdas” tão profundamente sentidas pela criança, arrancada do seu contexto original e obrigada a funcionar num centro que desconhece, mas que, a pouco e pouco, vai tornando (talvez...) seu. Poderão

essas perdas – e, por extensão, as muitas “perdas” do pós-guerra inglês e britânico – constituir-se, afinal, como um ganho?

Voltemos a Defoe, em jeito de remate, que não pretende rematar o que é por natureza um processo interminável. Esse exímio criador de máscaras e *personnae* não teria dúvidas de que, em tempos de mudança, a precaridade e transitoriedade de toda a construção identitária se podem encarar positivamente e apropriar com otimismo, desde que não se pergunte pelo mito essencialista de uma totalidade una, unívoca e imutável. Porque, afinal, hoje como dantes,

A true-born Englishman's a contradiction,  
In speech an irony, in fact a fiction;  
A banter made to be a test of fools,  
Which those that use it justly ridicules;  
A metaphor invented to express  
A man akin to all the universe. (Defoe 1997: l. 308-313)

## 6. Conclusão

Procurou-se neste artigo explorar algumas das condicionantes que têm presidido ao repensar da identidade britânica nas últimas décadas, questão cada vez mais relevante para o estudo da sua cultura numa atualidade sentida como ameaça potencial aos modelos identitários anteriores e por longo tempo assumidos como “naturais”. As alterações internas e externas que exigiram uma interrogação atenta e uma revisão profunda dos fundamentos em que assentara a autoimagem do país ocupam historiadores e críticos da cultura como Peter Ackroyd, David Cannadine, Stephen Collini, Anthony D. Smith e Raphael Samuel, alguns dos nomes de destaque numa longa lista de especialistas que se dedicam à investigação de um processo em constante mutação e de contornos permanentemente fluidos. Não é, com efeito, possível estudar hoje o país, seja de uma perspetiva linguística, histórica, sociológica ou literária, sem ter em conta os impulsos ao mesmo tempo centrífugos e centrípetos que estão



na génese da construção identitária e que, no momento atual, como foi sugerido acima, implicam escolhas decisivas para o futuro da Grã-Bretanha e, por implicação, para o futuro de uma Europa em crise económica e indubitavelmente também identitária.

## 7. Referências

- ANDERSON, B. 1991. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- DAVIS, N. 1999. *The Isles. A History*. London: Macmillan.
- DEFOE, D. 1997. The True-Born Englishman. In *The True-Born Englishman and Other Writings*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd.
- DUFFY, C. A. 1998. Originally. In *The Other Country*. London: Anvill Press Poetry.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Eds.). 1996. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KIPLING, R. 1987. The White Man's Burden. In *Selected Poems*. Harmondsworth: Penguin Books.
- MCGUIRE, S. 2009. This time I've come to bury Cool Britannia. In *The Observer*, March 29.
- NAIRN, T. 2003. *The Break-up of Britain. Crisis and Neo-Nationalism*. Victoria: Common Ground Publishing.
- ORWELL, G. 1998a. The Lion and the Unicorn. In *The Complete Works of George Orwell*, vol. XII. London: Secker and Warburg.
- ORWELL, G. 1998b. Raffles and Miss Blandish. In *The Complete Works of George Orwell*, vol. XIV. London: Secker and Warburg.
- PAXMAN, J. 1998. *The English. A Portrait of a People*. London: Michael Joseph.
- PRIESTLEY, J. B. 1981. *English Journey*. Harmondsworth: Penguin Books.
- RUSHDIE, S. 1992. *Imaginary Homelands*. London: Granta Books.